

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 435.175 - RS (2018/0021786-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**EMBARGANTE : LUCIANO AZEVEDO VIEIRA**  
**OUTRO NOME : LUCIANO DE AZEVEDO VIEIRA**  
**ADVOGADO : RAFAEL GUERREIRO NORONHA E OUTRO(S) - RS091165**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de minha relatoria que julgou prejudicado o *habeas corpus* impetrado em favor de LUCIANO AZEVEDO VIEIRA.

Nos presentes embargos, aponta o embargante obscuridade no julgado, sustentando que os alvarás de soltura expedidos no dia 21/3/2018, nos autos da ação penal em questão, não alcançaram o paciente, que encontra-se ausente do distrito da culpa.

Requer, assim, que sejam acolhidos os presentes embargos com efeitos infringentes a fim de que seja expedido salvo conduto em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal – CPP.

No caso, assiste razão ao embargante quanto ao vício apontado, pois, de fato, o paciente não fora agraciado com o alvará de soltura expedido no dia 21/3/2018, uma vez que encontrava-se foragido.

Todavia, do andamento processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que, em 11/5/2019, nos autos da Ação Penal n. 0013698-50.2016.8.21.0132, foi revogada a decretação da prisão preventiva do paciente.

Assim, constata-se, de fato, a perda superveniente do objeto do *mandamus*.

Ante o exposto, acolho os presentes embargos, sem efeitos modificativos, apenas pra sanar a obscuridade suscitada.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

